



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO - FEAAC
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DIEGO CAVALCANTE DA SILVA

ADEQUAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DOS BANCOS
LISTADOS NA BM&FBOVESPA AOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE
DO CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL (CEBDS)

FORTALEZA

2015

DIEGO CAVALCANTE DA SILVA

**ADEQUAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DOS BANCOS
LISTADOS NA BM&FBOVESPA AOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE
DO CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL (CEBDS)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Profa. Dra. Márcia Martins Mendes De Luca.

FORTALEZA

2015

ADEQUAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DOS BANCOS LISTADOS NA BM&FBOVESPA AOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DO CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CEBDS)

Diego Cavalcante da Silva

Orientadora: Márcia Martins Mendes De Luca

RESUMO

O estudo tem o objetivo de analisar o nível de adequação dos relatórios de sustentabilidade dos bancos listados na BM&FBovespa aos indicadores de desempenho de sustentabilidade do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa, adotando-se os procedimentos bibliográfico e documental. A amostra utilizada compreendeu nove bancos listados na BM&FBovespa que publicaram relatórios de sustentabilidade referentes ao exercício de 2012. Verificou-se que existe uma elevada adesão por parte dos bancos aos indicadores de desempenho de sustentabilidade do CEBDS, porém a maioria das informações evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade é de natureza meramente declarativa. Destaca-se que, de maneira geral, os bancos com maior patrimônio líquido foram os que mais reportaram os itens do CEBDS. Entre os quatro bancos que mais atenderam às recomendações de evidenciação do CEBDS, um pertence ao segmento de listagem Novo Mercado e três pertencem ao segmento de listagem Nível 1.

Palavras-chave: Evidenciação; Relatórios de sustentabilidade; Bancos.

ABSTRACT

The study aims to analyze the adequacy of sustainability reports of the banks listed on BM&FBovespa to the sustainability performance indicators by the Brazilian Business Council for Sustainable Development (CEBDS). The sample consisted of nine banks listed on BM&FBovespa that published sustainability reports for the year 2012. The results show that there is a high adherence of banks to the sustainability performance indicators by the CEBDS, however most of the information cited on the sustainability reports is merely declaratory in nature. It was also found that, in general, banks with higher net worth were those that most reported on the required standards of the CEBDS. Among the four banks that most complied with the patterned recommendations of the CEBDS, one belongs to the New Market listing segment and three belong to the Level 1 listing segment.

Key words: Disclosure; Sustainability reports; Banks.

1. INTRODUÇÃO

Com o conceito de desenvolvimento sustentável cada vez mais integrado à cultura organizacional das empresas, tem-se nos relatórios de sustentabilidade uma ferramenta imprescindível na evidenciação dos impactos causados pela relação entre as empresas, o meio ambiente e a sociedade. “A divulgação de bons indicadores de sustentabilidade demonstra de forma eficaz o comprometimento das empresas em relação à questão” (AZEVEDO, 2004, p.1). Esse estudo tem como base os indicadores de sustentabilidade do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), instituição pioneira no Brasil, com

foco na construção de soluções empresariais voltadas para as práticas do desenvolvimento sustentável.

No que tange ao setor bancário, mesmo não possuindo um alto potencial de impacto socioambiental, possui impacto indireto, que se dá principalmente, por meio de suas atividades de financiamento para seus clientes e no relacionamento com seus fornecedores (LINS; WAJNBERG, 2007).

Destaca-se que as instituições financeiras adotam e exigem cada vez mais dos seus clientes uma posição mais atuante no que diz respeito ao cumprimento da legislação e dos pactos ambientais. Há um incentivo de todo o mercado para a adoção de procedimentos sustentáveis, tendo em vista que os bancos têm uma forte influência no mercado, pois representam uma das principais fontes de recursos para investimentos e extensão dos negócios das empresas, dos produtos e de demais projetos (SHILISCHKA *et al.*, 2009). Dessa forma, além das suas próprias atividades que geram algum impacto socioambiental, o banco deve ficar atento ao impacto promovido pelas atividades que financia.

Com o aumento da pressão interna e externa no sentido de que haja uma maior transparência e regulamentação das ações socioambientais corporativas, as instituições financeiras têm incorporado às suas práticas empresariais essas demandas. Nesse cenário, tem-se a seguinte pergunta de pesquisa: qual o nível de adequação dos relatórios de sustentabilidade dos bancos listados na BM&FBovespa aos indicadores de desempenho de sustentabilidade do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)?

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o nível de adequação dos relatórios de sustentabilidade dos bancos listados na BM&FBovespa aos indicadores de desempenho de sustentabilidade do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: identificar o tipo de informação evidenciada nos relatórios de sustentabilidade do setor bancário, bem como verificar a relação entre o nível de evidenciação dos indicadores, os tipos de informação e as características dos bancos quanto ao porte e ao segmento de listagem na BM&FBovespa.

Trata-se de estudo descritivo, de natureza qualitativa, utilizando-se de procedimento documental na medida em que se analisa os relatórios de sustentabilidade do exercício de 2012, de uma amostra que reúne nove bancos listados na BM&FBovepa.

O estudo se justifica pelo interesse crescente que os gestores, acionistas, funcionários da empresa, fornecedores, consumidores e a comunidade em geral (*stakeholders*) estão mostrando em relação à sustentabilidade empresarial, já que esse tema está relacionado com uma sociedade mais justa e um meio ambiente mais equilibrado. Justifica-se ainda pela necessidade de se aprofundar as análises dos relatórios de sustentabilidade, em destaque os do setor bancário, a fim de construir relatórios mais transparentes, e, conseqüentemente, apresentando maior credibilidade para os *stakeholders*.

Este artigo está estruturado em cinco seções, incluindo a introdução. A seguir, apresenta-se o referencial teórico, o qual contempla considerações sobre responsabilidade e *disclosure* socioambiental, relatórios e indicadores de sustentabilidade, além de discussão da responsabilidade socioambiental no setor bancário. Em seguida, define-se o proceder metodológico, que contempla a tipologia, definição da amostra e a técnica de pesquisa utilizada. Na quarta seção, apresentam-se os resultados da pesquisa e na quinta, as considerações finais do estudo, seguida das referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Responsabilidade Socioambiental

A responsabilidade socioambiental é um conceito que engloba além das obrigações jurídicas e econômicas das empresas, os impactos que estas causam no meio ambiente, e ainda, o efeito social, como a distribuição de renda e a geração de empregos formais. Segundo Medeiros e Reis (2007), o movimento da responsabilidade socioambiental originou-se nos EUA na década de 1960 com a mobilização social em relação às questões ambientais e de direitos dos consumidores.

A definição de responsabilidade social e ambiental é bastante abrangente, uma vez que esse conceito também é utilizado por outras áreas do conhecimento (MEDEIROS; REIS, 2007; CALIXTO, 2013). Dentre outros, encontra-se na literatura o termo gestão socioambiental estratégica (GSE), que consiste na interação da variável socioambiental inclusa no processo gerencial, além dos impactos no ecossistema do mercado, visando o lucro sempre com foco no desenvolvimento sustentável (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

Para a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMD, 1991), a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é o comprometimento contínuo dos empresários com a ética e com o meio ambiente, visando o lucro econômico, e, ainda, agregando valor à sociedade. Nesse sentido, a RSC torna-se um desafio para os empresários, pois é necessária uma visão empreendedora global, para compreender que os gastos com medidas sustentáveis, são, na verdade, investimentos que têm os mais variados retornos possíveis, que vão desde o resultado econômico propriamente dito à melhoria da imagem da empresa (CMMD, 1991).

Nesse sentido, espera-se das organizações não apenas o crescimento econômico, mas também, que elas contribuam na elevação da qualidade de vida social e na preservação do meio ambiente. A RSC tem, portanto, um papel relevante nas empresas, que passam a incorporar em seu processo estratégico as políticas socioambientais (CRISÓSTOMO; FREIRE; SOARES, 2012).

Diversos órgãos no Brasil e no mundo discutem o tema da responsabilidade social, buscando quantificar e padronizar as informações corporativas sobre o tema, para que elas possam ser publicadas e utilizadas pela sociedade. Daí a importância do relatório de sustentabilidade ou balanço social, que é uma das principais formas de divulgação dessas informações.

Dentre as entidades que estabelecem padrões para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade tem-se, a nível internacional, a *Global Reporting Initiative* (GRI) e no Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Instituto Ethos e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) (TINOCO, 2010). No Brasil, a divulgação desses relatórios não é obrigatória, mas muitas empresas já disponibilizam essas informações de forma voluntária.

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) é também uma referência na vanguarda da sustentabilidade, e a maioria das corporações que são associadas a ele publica essas informações de forma voluntária (GROSSI; BICUDO, 2012). O CEBDS, organização fundada em 1997, é uma associação que lidera os esforços do setor empresarial para a implementação do desenvolvimento sustentável no Brasil, com efetiva articulação junto ao governo, empresas e sociedade civil.

2.2. Disclosure Socioambiental

A forma mais comum de relatar a informação relacionada com a sustentabilidade – informações econômicas, sociais e ambientais – é por meio de relatórios de sustentabilidade, que, embora possam assumir diferentes títulos, relacionam-se com a mesma temática e tendem a abranger conteúdos idênticos. Segundo Carreira e Palma (2012), o principal objetivo da elaboração do relatório de sustentabilidade pelas organizações é o de dar conhecimento às suas partes interessadas das ações e desempenho que têm conseguido concretizar nos níveis econômico, ambiental e social.

Com um crescente número de empresas que publicam informações socioambientais (CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2010), faz-se necessário observar o nível de *disclosure* desses relatórios, pois não é satisfatório que haja apenas a publicação dos mesmos, sem que a confiabilidade dessas informações possa ser comprovada. Por isso, os relatórios sociais devem refletir com clareza quais os riscos e os benefícios que as atividades organizacionais podem trazer à sociedade. Nesse contexto, o *disclosure* pode ser entendido como a evidenciação de informações econômicas, sociais e ambientais segundo os princípios éticos, sustentáveis e que atende as demandas dos *stakeholders* (CORRÊA; RIBEIRO; SOUSA, 2012).

Os motivos pelos quais as empresas publicam esses relatórios é intensamente debatido pelos estudiosos no assunto. Para alguns autores as empresas evidenciam essas informações em busca de legitimar suas ações perante a sociedade, com intuito de agregar valor à marca da empresa (NASCIMENTO *et al.*, 2009; COSTA *et al.*, 2013). Devido ao apelo que o tema ambiental tem junto a sociedade, as organizações podem se utilizar dessas publicações como estratégia de *marketing*. Como as empresas não são obrigadas a publicar essas informações socioambientais e não existe uma padronização do conteúdo a ser divulgado, a transparência desses relatórios é questionável, pois as entidades podem escolher os indicadores que serão utilizados nesses demonstrativos arbitrariamente, evidenciando àqueles que podem melhorar a imagem da empresa e omitir os danos que as suas atividades podem trazer ao meio ambiente e a sociedade (CALIXTO, 2013; SILVA; SIQUEIRA; FERNANDES, 2009). Para Morisue, Ribeiro e Penteadó (2012), nos relatórios de sustentabilidade devem ser apresentadas as informações positivas e negativas.

Para Bicudo e Grossi (2012, p.1), a relevância do *disclosure* na evidenciação socioambiental pode ser resumida no seguinte axioma do setor corporativo: “O sucesso de uma empresa que direciona sua estratégia de negócios para a sustentabilidade é diretamente proporcional ao seu grau de transparência em divulgar indicadores socioambientais”. Entretanto, Calixto (2013) constata que, devido a não obrigatoriedade da divulgação do relatório de sustentabilidade das empresas a qualidade das informações ambientais evidenciadas é questionável, e, ainda, sugere ampliar a participação dos *stakeholders* na avaliação dos relatórios como tentativa de minimizar a falta de transparência.

Segundo Morisue, Ribeiro e Penteadó (2012, p. 167), [...] “os diferentes modelos de relatórios e a ausência da exigência de sua padronização fazem com que a qualidade da divulgação possa ser insatisfatória quanto à clareza, à exatidão, à periodicidade, à comparabilidade e à confiabilidade”. Bicudo e Grossi (2012) afirmam que é fundamental que as informações publicadas tenham consistência técnica, para evitar que as empresas incorram no chamado *greenwashing*, essas informações devem ainda ser passíveis de comprovação mediante auditoria feita por consultores independentes e de renomada reputação.

2.3. Relatórios de Sustentabilidade

As dimensões (econômica, social e ambiental) da sustentabilidade que compõem o chamado *triple bottom line* (TBL) são incorporadas às ações empresariais e os relatórios de sustentabilidade (ou balanço social) são cada vez mais utilizados para evidenciar as informações socioambientais (COSTA *et al.*, 2013).

Na literatura encontram-se algumas definições de relatório de sustentabilidade. Para Tinoco (2010), pode ser definido como um instrumento gerencial que evidencia informações contábeis, sociais, ambientais e econômicas com o maior nível de *disclosure* possível, além de auxiliar os diversos usuários na tomada de decisão, com foco sempre no desenvolvimento sustentável. De forma semelhante, Medeiros e Reis (2007, p. 62) definem balanço social como “elemento de reporte e divulgação de informações relativas à contabilidade social, divulgando as alterações patrimoniais e outras informações de cunho social com reflexos na sociedade”. Em consonância com as definições citadas anteriormente, a GRI (2006) define o “relatório de sustentabilidade” como um termo abrangente considerado sinônimo de outros relatórios com o objetivo de descrever os impactos sociais, ambientais e econômicos (*triple bottom line*) de uma organização, como o balanço social etc.

Existem diversos organismos no mundo que orientam as empresas na elaboração de relatórios ambientais, mas não existe um consenso sobre o assunto (MUSSOI; VAN BELLEN, 2010). Essa flexibilidade na elaboração desses relatórios permite que as empresas utilizem diversos tipos de modelos, o que dificulta a padronização e comparabilidade dessas informações (MUSSOI; VAN BELLEN, 2010). Nesse contexto, faz-se oportuna a elaboração dos relatórios de sustentabilidade segundo as diretrizes da GRI, pois elas são elaboradas com a colaboração de uma vasta rede de especialistas dos diferentes públicos das organizações, quais sejam contadores, trabalhadores, organizações não governamentais, investidores, o mercado etc. (GRI, 2006).

Muitas empresas que divulgam informações ambientais utilizam em seus relatórios as diretrizes da GRI, pois elas são referência internacional na elaboração desse tipo de relatório (CALIXTO; BARBOSA; LIMA, 2007; CORRÊA; RIBEIRO; SOUSA, 2012). A utilização dessas diretrizes pelas empresas em seus relatórios de sustentabilidade permite, entre outros propósitos, a demonstração da perspectiva da organização em relação ao desenvolvimento sustentável e a comparabilidade de indicadores socioambientais entre organizações no decorrer do tempo (GRI, 2006). A adoção dessas práticas eleva o nível de *disclosure* dos relatórios e demonstra o comprometimento das organizações com o tema da responsabilidade ambiental.

Com o conceito da responsabilidade social incorporado ao setor empresarial, e a demanda crescente por informações socioambientais, o relatório social, chamado de balanço social ou relatório de sustentabilidade, dentre outros, assume um novo papel de auxiliar a tomada de decisão gerencial (ROSA *et al.*, 2010).

2.4. Indicadores de Sustentabilidade

Na busca por elaborar balanços sociais mais transparentes e confiáveis, destaca-se o papel dos indicadores de sustentabilidade, que tem por finalidade compilar os dados referentes às ações sociais das empresas para facilitar o entendimento do demonstrativo por parte dos usuários (AZEVEDO, 2006). Essa preocupação em utilizar indicadores sociais nos relatórios de sustentabilidade é válida, uma vez que, geralmente, a maior parte dos *stakeholders* não tem um conhecimento adequado da ciência contábil. Portanto, a objetividade e a clareza das informações evidenciadas nos relatórios sociais visam auxiliar o usuário da informação na tomada de decisão. Nesse sentido, Azevedo (2006) alerta sobre o fato de que não basta apenas

haver uma padronização entre as empresas, devem ser utilizados também indicadores apropriados, ou seja, indicadores livres de qualquer tipo de viés, para que as práticas empresariais possam ser avaliadas da melhor forma possível segundo os preceitos do desenvolvimento sustentável.

Segundo Corrêa, Ribeiro e Sousa (2012), os indicadores de sustentabilidade do GRI são informações quantitativas ou qualitativas que permitem a comparabilidade dos relatórios de sustentabilidade entre organizações, pois destacam as variações ocorridas ao longo do tempo, sendo classificados como essenciais e adicionais. Os indicadores essenciais foram desenvolvidos por meio de processos de cooperação entre os diversos *stakeholders* (abordagem *multistakeholders*), com o objetivo de identificar os indicadores geralmente aplicáveis e considerados relevantes para a maioria das organizações. Enquanto que os indicadores adicionais evidenciam práticas emergentes ou temas que não são relevantes para a maioria das organizações (GRI, 2006).

Dentre os diversos órgãos que propõem modelos para a construção de relatórios de sustentabilidade destaca-se, portanto, o modelo proposto pela GRI, pois oferece informação abrangente, não orientada para o gerenciamento da imagem (*marketing*), além de ser reconhecido internacionalmente (CARVALHO; SIQUEIRA, 2007). Os indicadores de desempenho de sustentabilidade segundo a GRI estão organizados em três categorias: econômica, social e ambiental. Os indicadores sociais subdividem-se em outras quatro categorias: práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto (GRI, 2006).

A dimensão econômica trata dos impactos da organização sobre as relações financeiras entre seus *stakeholders* e sobre os diversos sistemas econômicos – local nacional e global. Entretanto, destaca-se que essas informações econômicas já são retratadas nos demonstrativos financeiros das organizações, mas há uma carência de informações a respeito da contribuição das empresas, em termos de sustentabilidade, dos impactos econômicos em um sistema mais amplo. Os indicadores econômicos segundo a GRI dividem-se em três aspectos: desempenho econômico, presença de mercado e impactos econômicos indiretos (GRI, 2006).

A dimensão ambiental, segundo a GRI (2006, p. 27) envolve os “impactos da organização sobre sistemas naturais vivos e não vivos, incluindo ecossistemas, terra, ar e água”. Os indicadores ambientais dividem-se em nove aspectos: materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, produtos e serviços, conformidade, transporte e geral. Os indicadores de desempenho ambiental abrangem o desempenho relacionado a insumos e produção, além de evidenciarem o desempenho relativo à biodiversidade e os gastos com o meio ambiente (GRI, 2006).

A dimensão social da sustentabilidade refere-se aos diversos sistemas sociais em que interage. Como já citado, a dimensão social divide-se em quatro aspectos fundamentais: práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto (GRI, 2006).

Os aspectos relacionados a práticas trabalhistas baseiam-se em normas internacionalmente conhecidas como, a declaração universal dos direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), convenção das nações unidas: pacto internacional de direitos civis e políticos etc. Os indicadores referentes a práticas trabalhistas abrangem cinco aspectos: emprego; relações entre os trabalhadores e a governança; saúde e segurança no trabalho; treinamento e educação; e diversidade e igualdade de oportunidades (GRI, 2006).

Os indicadores referentes a direitos humanos referem-se à inclusão de conteúdo sobre direitos humanos nos relatórios sociais, além incentivar o treinamento de empregados para combater a discriminação, trabalho infantil etc. Na construção desses indicadores tem-se por base as convenções universalmente aceitas como a declaração universal dos direitos humanos, da ONU, convenção das nações unidas: pacto internacional de direitos civis e políticos etc. Os aspectos dos indicadores referentes a direitos humanos são: práticas de investimento e de processos de compra, não discriminação, liberdade de associação e negociação coletiva, trabalho infantil e trabalho forçado ou análogo ao escravo, práticas de segurança e direitos indígenas (GRI, 2006).

Os indicadores relativos à sociedade enfocam os impactos que as organizações geram nas comunidades em que operam e o acompanhamento dos riscos provenientes da interação de suas atividades com outras instituições sociais, em especial, os riscos associados a suborno e corrupção; monopólio etc. Os indicadores sociais envolvem os seguintes aspectos: comunidade, corrupção, políticas públicas, concorrência desleal e conformidade (GRI, 2006).

Os indicadores referentes à responsabilidade pelo produto tratam dos aspectos que envolvem os produtos e serviços ofertados pelas organizações que afetam diretamente os consumidores como saúde e segurança, marketing etc. Os aspectos abordados por esses indicadores são: saúde e segurança do cliente, rotulagem de produtos e serviços, comunicações de *marketing*, conformidade e *compliance* (GRI, 2006).

Destaca-se ainda que as empresas devem declarar o nível de aplicação da estrutura de relatórios da GRI, ou seja, comunicar de forma clara e transparente quais elementos da estrutura de relatórios da GRI foram aplicados na elaboração do relatório (GRI, 2006b). Para tanto, utiliza-se o sistema conhecido como “níveis de aplicação” da GRI, em que a organização deve autodeclarar um nível de classificação do conteúdo relatado segundo os critérios dos níveis de aplicação da GRI. Além da autodeclaração, as organizações podem optar por obter um parecer a respeito da autodeclaração e/ou solicitar à GRI que examine a autodeclaração. Os níveis de aplicação podem ser C, B e A, com a possibilidade de variação de um ponto a mais (+) em cada nível, caso a autodeclaração tenha sofrido verificação externa (auditoria).

2.5. Indicadores do CEBDS

O CEBDS é uma instituição líder em desenvolvimento sustentável corporativo, pertencente a uma rede mundial de conselhos liderada pelo *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), que congrega diferentes segmentos empresariais e opera com o conceito do *triple bottom line* (CEBDS, 2013), de forma similar às diretrizes do GRI.

O Relatório de Sustentabilidade 2008/2010 do CEBDS dissemina os princípios e as práticas do desenvolvimento sustentável, inspirado nas diretrizes da GRI mencionadas anteriormente, com o objetivo de assegurar a qualidade das informações relatadas, a exatidão, o equilíbrio, a comparabilidade, a clareza e a confiabilidade (CEBDS, 2013).

Os temas constantes do Relatório de Sustentabilidade 2008/2010 do CEBDS, com base nos indicadores do GRI, são: água, biodiversidade, comunicação e educação, gestão sustentável, construção sustentável, energia e mudança do clima e finanças.

No tema referente à Água, destacam-se dois indicadores, o EN8 que trata do consumo de água e o EN10 referente à água reciclada e reutilizada. No quesito Biodiversidade, utiliza-se o indicador EN12 e o EN14 que se referem aos impactos significativos na biodiversidade e a gestão de impactos na biodiversidade, respectivamente. No tema Comunicação e educação

utilizaram-se os indicadores PR5 e PR7 referentes à satisfação do cliente e a casos de não conformidade em relação ao marketing, respectivamente. Em relação à Gestão sustentável, os indicadores escolhidos são: EC7, LA13, LA10, HR6, HR7 e EN26, que tratam da contratação local, diversidade do público interno e dos conselheiros, treinamento, risco de trabalho infantil, risco de trabalho forçado ou análogo, mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços, respectivamente, além de duas questões adicionais sobre o tema educação para sustentabilidade. No tema Construção sustentável, tem-se os indicadores EN1, EN2, EN6 e LA7, que discorrem sobre consumo de materiais; consumo de materiais reciclados; produtos e serviços com baixo consumo energético ou com energia renovável; e lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos, respectivamente. Em relação à Energia e mudança do clima, os indicadores que fazem parte do Relatório do CEBDS são o EN3, EN5, EN16 e EN18, que se relacionam ao consumo de energia direta, energia economizada, emissões de gases de efeito estufa e iniciativas para reduzir emissões de gases de efeito estufa, respectivamente. E os indicadores do tema Finanças são o EC2 e o EC9, referem-se aos riscos e oportunidades com as mudanças climáticas e aos impactos indiretos, respectivamente (CEBDS, 2013).

Comparando os temas e indicadores utilizados pelo relatório do CEBDS, com a classificação da GRI (2006), tem-se: os indicadores EC2, EC7 e EC9 são indicadores de desempenho econômico; os indicadores HR6 e HR7 são indicadores de desempenho de direitos humanos; os indicadores EN1, EN2, EN3, EN5, EN6, EN8, EN10, EN12, EN14, EN15, EN16, EN18 e EN26 são indicadores de desempenho do meio ambiente; os indicadores LA7, LA10 e LA13 são indicadores de desempenho de práticas trabalhistas e trabalho decente; e os indicadores PR5 e PR7 são indicadores de desempenho de responsabilidade pelo produto. Ainda, segundo a GRI (2006), os indicadores EC2, EC7, HR6, HR7, EN1, EN2, EN3, EN8, EN12, EN16, EN26, LA7, LA10 e LA13 são indicadores essenciais, enquanto que os indicadores EC9, EN5, EN6, EN10, EN14, EN15, EN18, PR5 e PR7 são indicadores adicionais.

Percebe-se, portanto, que o CEBDS, por meio do seu relatório, tem o objetivo de reunir as informações das empresas, associadas ao Conselho, sobre as suas ações nas áreas de ecoeficiência e responsabilidade social e, sobretudo, demonstrar a visão estratégica de conduzir seus negócios no rumo do desenvolvimento sustentável (CEBDS, 2013), de forma similar ao que se propõe a organização internacional GRI.

2.6. Responsabilidade Socioambiental no Setor Bancário

Com a abertura econômica que ocorreu no Brasil a partir da década de 1990, ampliou-se a participação dos bancos estrangeiros no mercado bancário brasileiro, ocasionando uma intensificação no processo de fusões e aquisições, tanto por instituições nacionais como por instituições estrangeiras, aumentando a concentração bancária (CAMARGO, 2009).

Nesse contexto, com o crescimento e a consolidação das instituições financeiras no Brasil, faz-se oportuno observar a atenção que o setor despende a questões socioambientais, pois, mesmo não possuindo um alto potencial de impacto socioambiental, possui impacto indireto, que se dá principalmente, por meio de suas atividades de financiamento para seus clientes e no seu relacionamento com seus fornecedores (LINS; WAJNBERG, 2007).

Em uma pesquisa desenvolvida com os dez maiores bancos (em ativo total) com carteira comercial do Brasil, revelou-se que o setor bancário está inserindo os aspectos sociais e ambientais em suas tomadas de decisão, no entanto, existe discrepância entre as práticas e o reporte das mesmas nas instituições analisadas: enquanto algumas instituições financeiras

reportam um bom nível de *disclosure*, outras estão apenas começando a considerar aspectos sociais e ambientais em suas práticas empresariais (LINS; WAJNBERG, 2007). A pesquisa menciona ainda que alguns produtos de natureza socioambiental poderiam ser mais bem explorados pelos bancos, como o microcrédito, seguros ambientais, linhas de financiamento socioambiental etc. Além de sugerir que as questões de sustentabilidade do setor afetam a criação de valor destas instituições, como por exemplo: aumento no valor de seus ativos intangíveis, como reputação e marca que representam uma proporção cada vez maior do valor total da empresa; redução de custos graças a medidas de eco eficiência; melhor gerenciamento de riscos, que por consequência gera maior facilidade no acesso ao capital; oferta de produtos e serviços inovadores contribuindo para maior geração de receitas etc. (LINS; WAJNBERG, 2007).

Crisóstomo, Freire e Soares (2013), destacam a criação da Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, em 2002, por parte da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), com o propósito de incentivar a adequação das instituições financeiras brasileiras aos princípios da GRI, o que denota o relevo que o setor tem dado à questão da responsabilidade social corporativa.

Outros estudos confirmam a efetiva participação do setor bancário diante de questões socioambientais. Lins e Wajnberg (2007) citam a adesão dos quatro maiores bancos brasileiros (Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal) aos chamados “Princípios do Equador”, que são um conjunto de políticas e diretrizes observadas na análise de projetos de investimento da modalidade *Project Finance* de valor igual ou superior a US\$ 10 milhões. O objetivo da adoção dos chamados “Princípios do Equador” é garantir a sustentabilidade, o equilíbrio ambiental, o impacto social e reduzir os possíveis riscos dos empreendimentos. Vale ressaltar ainda o banco Pine como a primeira instituição financeira de médio porte a aderir aos “Princípios do Equador”, para os projetos de financiamento em que os custos de capital total superem US\$ 10 milhões (PINE, 2013).

Um estudo desenvolvido por Rese e Canhada (2012) aponta os três maiores bancos comerciais que atuam no Brasil como signatários de diversos pactos e princípios no sentido de promover o desenvolvimento sustentável, entre eles os “Princípios do Equador” e a aplicação dos princípios de finanças sustentáveis, pacto global, apoio aos objetivos do milênio, adoção de certificações ambientais e processos de adequação às normas, desenvolvimento de código de ética etc. Faria e Nogueira (2012) destacam que existe uma grande aderência por parte dos bancos brasileiros aos padrões da GRI, demonstrando que os bancos estão cada vez mais comprometidos com as evidências socioambientais.

Diante do exposto, ressalta-se a relevância e contribuição do presente estudo para a temática sustentabilidade, na medida em que analisa os relatórios de sustentabilidade dos bancos listados na bolsa brasileira e sua aderência aos indicadores do CEBDS. Os procedimentos da investigação são detalhados na seção a seguir.

3. METODOLOGIA

O estudo tem como objetivo descrever as informações contidas nos relatórios de sustentabilidade dos bancos listados na BM&FBovespa, com base nos indicadores de desempenho de sustentabilidade do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), caracterizando a pesquisa como descritiva. Segundo Freitas e Prodanov (2013, p. 127), uma pesquisa descritiva “expõe as características de uma determinada população ou fenômeno, demandando técnicas padronizadas de coleta de dados”.

Em relação aos procedimentos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, recolhendo e analisando as informações prévias sobre o assunto, representando a base teórica para toda a pesquisa. Fez-se uso ainda de base documental utilizando-se os relatórios de sustentabilidade das instituições relativos ao exercício social de 2012, para coleta dos dados representativos dos indicadores de sustentabilidade, conforme o CEBDS.

O estudo tem uma abordagem qualitativa, considerando que se dedica à compreensão dos significados dos eventos, sem a necessidade de apoiar-se em informações estatísticas. Para Richardson (2007, p. 38), “[...] a abordagem qualitativa difere, em princípio, da quantitativa à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise”.

A população da pesquisa constituiu-se de 27 bancos listados na BM&FBovespa na data de 26/05/2014. A amostra compreendeu 9 desses bancos que apresentaram relatórios de sustentabilidade, modelo GRI, referentes ao exercício de 2012.

O Quadro 1 apresenta os indicadores de sustentabilidade constantes do Relatório de Sustentabilidade 2008/2010 do CEBDS (2013), e que foi utilizado como *checklist* para verificar a presença de cada item nos relatórios dos bancos, totalizando sete indicadores e 22 itens de evidenciação.

Quadro 1 – Indicadores de Sustentabilidade do CEBDS

INDICADORES	ITENS
Água	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de água; • Água reciclada.
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Impactos significativos na biodiversidade; • Gestão de impactos na biodiversidade.
Comunicação e Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação do cliente; • Casos de não conformidade em relação ao marketing.
Construção Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de materiais; • Consumo de materiais reciclados; • Produtos e serviços com baixo consumo energético ou com energia renovável; • Lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos.
Energia e Mudança do Clima	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de energia direta; • Energia economizada; • Emissões de gases de efeito estufa; • Iniciativas para reduzir emissões de gases de efeito estufa.
Finanças Sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Riscos e oportunidades com as mudanças climáticas; • Impactos indiretos.
Gestão Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação local; • Diversidade do público interno e dos conselheiros; • Treinamento; • Risco de trabalho infantil; • Risco de trabalho forçado ou análogo ao escravo; • Mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços.

Fonte: CEBDS (2013).

Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo que, segundo Chizzotti (2006, p. 98) tem o objetivo de “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. A análise de conteúdo foi aplicada, inicialmente por meio da leitura dos relatórios, e prosseguiu com a quantificação (contagem da frequência) de cada item evidenciado por empresa, nos relatórios pesquisados. A análise de conteúdo empregou como regra de enumeração a presença ou ausência, conforme Bardin (2004), dos itens de divulgação, conforme demonstrado no Quadro 1.

Os itens constantes nos relatórios dos bancos também foram analisados segundo a natureza da evidenciação, conforme classificação de Nossa (2002), qual seja: i) Tipo 1 - declarativa, quando a informação é expressa em termos exclusivamente descritivos; ii) Tipo 2 - quantitativa não monetária, quando a informação quantitativa é expressa em números de natureza não financeira; e iii) Tipo 3 - quantitativa monetária, quando a informação quantitativa é expressa em números de natureza financeira / monetária. A evidenciação dos indicadores foi caracterizada, portanto, nesses três tipos de informações.

Os resultados da análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas da amostra são apresentados em forma de tabelas na seção a seguir.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

Nas tabelas a seguir são apresentados os tipos de evidenciação dos 22 itens, que compõem os sete indicadores do CEBDS constantes no Quadro 1, que foram divulgados nos relatórios de sustentabilidade das nove instituições pesquisadas.

A Tabela 1 mostra o número de bancos que demonstraram em seus relatórios os itens de evidenciação referentes ao indicador “Água”, de acordo com os tipos de evidenciação proposta por Nossa (2002). No que se refere a esse indicador, foram analisados dois itens de evidenciação: “consumo de água” e “água reciclada”.

Tabela 1: Evidenciação do Indicador Água e respectivos itens, por tipo de evidenciação

Indicador	Itens de Evidenciação	Nº de Empresas que Evidenciaram		
		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Água	Consumo de água	7	6	1
	Água reciclada	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se na Tabela 1 que nenhuma das empresas apresentou em seus relatórios de sustentabilidade informações referentes ao item de evidenciação “Água reciclada”. Em relação ao item Consumo de água, observa-se que, de maneira geral, as informações apresentadas são de natureza meramente declarativa, haja vista que sete empresas divulgaram o tipo 1 de evidenciação (declarativa) e apenas 1 empresa divulgou o tipo 3 de evidenciação (quantitativa monetária). Sobre a evidenciação quantitativa não monetária (tipo 2), percebe-se, em geral, que as empresas apresentaram a informação sobre o volume (m³) de água consumida. Destaca-se, ainda, que a informação declarativa referente ao consumo de água foi vista em sete relatórios, sendo o item mais evidenciado em relação ao indicador “Água”.

Na Tabela 2 encontram-se os resultados dos itens de evidenciação “Impactos significativos na biodiversidade” e “Gestão de impactos na biodiversidade” relacionados ao indicador “Biodiversidade”.

Tabela 2: Evidenciação do Indicador Biodiversidade e respectivos itens, por tipo de evidenciação

Indicador	Itens de Evidenciação	Nº de Empresas que Evidenciaram		
		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Biodiversidade	Impactos significativos na biodiversidade	1	0	0
	Gestão de impactos na biodiversidade	2	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se na Tabela 2 que nenhuma informação quantitativa não monetária (tipo 2) ou quantitativa monetária (tipo 3) foi reportada sobre o indicador “Biodiversidade”, sendo reportadas apenas informações declarativas (tipo 1), e de forma incipiente. Pode-se perceber, na análise dos relatórios, que a escassez de informações em relação ao indicador “Biodiversidade” se justifica devido ao fato da localização dos bancos se dar de forma majoritária em centros urbanos e as suas atividades principais não serem de alto impacto ambiental.

Tabela 3: Evidenciação do Indicador Comunicação e Educação e respectivos itens, por tipo de evidenciação

Indicador	Itens de Evidenciação	Nº de Empresas que Evidenciaram		
		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Comunicação e Educação	Satisfação do cliente	7	4	0
	Casos de não conformidade em relação ao marketing	7	2	0

Fonte: Dados de pesquisa

Observa-se na Tabela 3 que nenhuma empresa reportou informações quantitativas monetárias (tipo 3). Em relação às informações declarativas (tipo 1), os bancos apresentaram em seus relatórios, em geral, dados referentes a pesquisas de satisfação de clientes. E, em relação às informações quantitativas não monetárias (tipo 2), os bancos divulgaram, em geral, a quantidade de reclamações recebidas (por telefone, e-mail etc.). A informação declarativa (tipo 1) em relação ao item de evidenciação “Satisfação do cliente” apareceu em sete relatórios e o mesmo número de vezes em relação ao item de evidenciação “Casos de não conformidade em relação ao marketing”, sendo os mais evidenciados em relação ao indicador “Comunicação e Educação”.

A Tabela 4 mostra o indicador “Construção Sustentável” e os seus itens de evidenciação “Consumo de materiais”, “Consumo de materiais reciclados”, “Produtos e serviços com baixo consumo energético ou com energia renovável” e “Lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos”.

Tabela 4: Evidenciação do Indicador Construção Sustentável e respectivos itens, por tipo de evidenciação

Indicador	Itens de Evidenciação	Nº de Empresas que Evidenciaram		
		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Construção Sustentável	Consumo de materiais	8	5	0
	Consumo de materiais reciclados	4	4	0
	Produtos e serviços com baixo consumo energético ou com energia renovável	4	4	0
	Lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos	5	5	1

Fonte: Dados da Pesquisa

Verifica-se que apenas uma empresa evidenciou em seu relatório de sustentabilidade informações quantitativas monetárias (tipo 3) relacionadas ao item de evidenciação Lesões, doenças, ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos (Tabela 4). O banco da Amazônia, além de evidenciar informações declarativas (tipo 1) e quantitativas não monetárias (tipo 2), declarou também o valor do investimento realizado para aumentar o índice de qualidade de

vida no trabalho. As demais empresas evidenciaram informações do tipo 1 e 2. A evidenciação do tipo 1 apareceu em oito relatórios em relação ao item “Consumo de materiais”, sendo o item e o tipo mais evidenciado em relação ao indicador “Construção Sustentável”.

Na Tabela 5 estão presentes o indicador “Energia e Mudança do Clima” e os seus itens de evidenciação “Consumo de energia”, “Energia economizada”, “Emissões de GEE” e “Iniciativas para reduzir emissões de GEE”.

Tabela 5: Evidenciação do Indicador Energia e Mudança do Clima e seus respectivos itens, por tipo de evidenciação

Indicador	Itens de Evidenciação	Nº de Empresas que Evidenciaram		
		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Energia e Mudança do Clima	Consumo de energia direta	4	4	0
	Energia economizada	3	3	1
	Emissões de GEE	4	4	0
	Iniciativas para reduzir emissões de GEE	5	4	0

Fonte: Dados da Pesquisa

O Itaú Unibanco foi o único banco da amostra que evidenciou informação de natureza quantitativa monetária (tipo 3) em relação ao item “Energia economizada” (Tabela 5). O Itaú Unibanco demonstrou o valor em Reais, que obteve em 2012, no item “Energia economizada”. As demais empresas reportaram informações de natureza declarativa (tipo 1) e quantitativa não monetária (tipo 2). A informação do tipo 1 em relação ao item “Iniciativas para reduzir emissões de GEE” foi declarada em 5 relatórios, sendo o tipo e o item mais evidenciado em relação ao indicador “Energia e Mudança do Clima”.

Na Tabela 6 encontram-se os resultados da evidenciação do indicador “Finanças Sustentáveis” e seus itens de evidenciação “Riscos e oportunidades com as mudanças climáticas” e “Impactos indiretos” pelas empresas pesquisadas.

Tabela 6: Evidenciação do Indicador Finanças Sustentáveis e respectivos itens, por tipo de evidenciação

Indicador	Itens de Evidenciação	Nº de Empresas que Evidenciaram		
		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Finanças Sustentáveis	Riscos e oportunidades com as mudanças climáticas	6	4	4
	Impactos indiretos	5	2	3

Fonte: Dados de Pesquisa

Para o indicador Finanças sustentáveis percebe-se um maior número de empresas que reportaram informação do tipo 3 em comparação com os outros indicadores até aqui analisados. Quatro empresas apresentaram informações do tipo 3 relacionadas ao item “Riscos e oportunidades com as mudanças climáticas”, informando os valores investidos em produtos e serviços que minimizem os riscos socioambientais. Três bancos reportaram informações do tipo 3 em relação ao item Impactos indiretos, declarando, por exemplo, valores de projetos voltados para o desenvolvimento da sociedade. A evidenciação do tipo 1 em relação ao item Riscos e oportunidades com as mudanças climáticas apareceu em 6 relatórios, sendo, portanto, o item e o tipo mais evidenciado em relação ao indicador “Finanças Sustentáveis”.

Na Tabela 7, verifica-se o indicador “Gestão Sustentável” e seus itens de evidenciação “Contratação local”, “Diversidade do público interno e dos conselheiros”, “Treinamento”, “Risco de trabalho infantil”, “Risco de trabalho forçado ou análogo ao escravo” e “Mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços”, analisados nessa pesquisa.

Tabela 7: Evidenciação do Indicador Gestão Sustentável e respectivos itens, por tipo de evidenciação

Indicador	Itens de Evidenciação	Nº de Empresas que Evidenciaram		
		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Gestão Sustentável	Contratação local	4	1	0
	Diversidade do público interno e dos conselheiros	8	8	1
	Treinamento	8	8	6
	Risco de trabalho infantil	7	3	1
	Risco de trabalho forçado ou análogo ao escravo	7	4	1
	Mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços	6	5	2

Fonte: Dados da Pesquisa

O item de evidenciação Treinamento foi o que mais apresentou informações de natureza quantitativa monetária (tipo 3), sendo reportado por 6 empresas da amostra, que divulgaram os valores investidos para a capacitação dos seus colaboradores (Tabela 7). Informações do tipo 3 também foram divulgadas em relação aos itens de evidenciação Risco de trabalho infantil (uma empresa), Risco de trabalho forçado ou análogo ao escravo (uma empresa) e Mitigação de impactos ambientais de produtos e serviço. Somente em relação ao item de evidenciação “Contratação local” nenhum banco apresentou informação do tipo 3. Também foram declaradas informações em relação aos tipos 1 e 2. A evidenciação do tipo 1 e do tipo 2 em relação ao item “Diversidade do público interno e dos conselheiros” e ao item “Treinamento” apareceu em 8 relatórios, porém em relação ao tipo 3, apenas seis empresas divulgaram informações monetárias sobre o item “Treinamento”.

Para atender o objetivo específico de verificar se o tamanho da empresa e o segmento de listagem na BM&FBovespa indica melhor nível de evidenciação dos indicadores, apresenta-se a Tabela 8 com a quantidade de indicadores que cada banco evidenciou, o seu segmento de listagem na bolsa brasileira e o porte, representado pelo Valor do Patrimônio líquido, em 31.12.2012.

Tabela 8: Evidenciação dos Indicadores do CEBDS, porte e segmento de listagem dos bancos da amostra

Empresa	Quantidade de indicadores evidenciados	Segmento de listagem na BM&FBovespa	Patrimônio líquido (Em R\$ Bilhões)
Banco da Amazônia	9	MT	2.030.163
Banco do Brasil	18	Novo Mercado	69.898.229
Banco Indusval&Partners	8	Nível 2	588.635
Banco Pine	7	Nível 2	1.249.362
Banrisul	9	Nível 1	5.101.344
Bicbanco	17	Nível 1	1.983.846
Bradesco	18	Nível 1	71.346.390
Itaú Unibanco	16	Nível 1	75.998.000
Santander	13	MT	81.566.111

Fonte: Dados da pesquisa

Dos 22 itens distribuídos nos sete indicadores, o Banco do Brasil e o Bradesco foram os bancos que mais atenderam às recomendações de evidenciação do CEBDS, declarando 18 itens cada banco, porém qualitativamente o Bradesco foi o que apresentou informações mais relevantes, pois declarou um maior número de informações de natureza monetária (7 itens), enquanto que o Banco do Brasil declarou apenas um item de natureza monetária. O banco Indusval&Partners foi o que menos aderiu aos indicadores do CEBDS, declarando

apenas 9 itens. Destaca-se, ainda, que o Banrisul foi o único banco que não apresentou nenhuma informação de natureza quantitativa monetária.

Observa-se na Tabela 8 que entre os nove bancos da amostra o Santander foi o que obteve o maior Patrimônio líquido no balanço de 2012, no valor de R\$ 81.566.111.000,00 bilhões, sendo o quinto colocado em termos de aderência aos indicadores do CEBDS. Enquanto que o banco com menor patrimônio líquido nesse período foi o Banco Indusval&Partners, no valor de R\$ 588.635.000,00 milhões, sendo o penúltimo colocado em termos de adesão aos indicadores do conselho. Destaca-se que, de maneira geral, os bancos com maior patrimônio líquido foram os que mais reportaram os itens de evidenciação do CEBDS.

Nota-se, que dos nove bancos que compõem a amostra, apenas o Banco do Brasil faz parte do Novo Mercado, que é um segmento especial destinado a negociação de ações de empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira (Tabela 8). O Banrisul, o Bicbanco, o Bradesco e o Itaú Unibanco pertencem ao segmento de listagem Nível 1 de governança corporativa. As companhias listadas no Nível 1 devem adotar práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos investidores. O banco Indusval&Partners e o Banco Pine pertencem ao Nível 2 de governança corporativa. As empresas enquadradas nesse nível têm o direito de manter ações preferenciais. Têm-se, ainda, o Banco da Amazônia e o Santander pertencentes ao segmento de listagem Mercado Tradicional (BM&FBOVESPA 2013). Entre os quatro bancos que mais atenderam às recomendações de evidenciação do CEBDS, um pertence ao segmento de listagem Novo mercado e três pertencem ao segmento de listagem Nível 1.

Os resultados aqui demonstrados confirmam os achados apresentados por Faria e Nogueira (2012) que revelam que há uma grande adesão dos bancos brasileiros aos indicadores do GRI, modelo no qual o CEBDS se baseia para elaborar os seus relatórios de sustentabilidade. Os resultados aqui apresentados corroboram, também, o estudo de Nossa (2002), que demonstrou, ainda que para as empresas do setor de papel e celulose, evidenciação, majoritariamente, em seus relatórios de sustentabilidade informações de natureza meramente declarativas.

5. CONCLUSÕES

O presente estudo objetivou analisar o nível de adequação dos relatórios de sustentabilidade dos bancos listados na BM&FBovespa aos indicadores de desempenho de sustentabilidade do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). O estudo teve ainda como objetivos específicos identificar o tipo de informação evidenciada nos relatórios de sustentabilidade do setor bancário, bem como verificar a relação entre o nível de evidenciação dos indicadores, os tipos de informação e as características dos bancos quanto ao porte e ao segmento de listagem na BM&FBovespa.

Para a coleta dos dados utilizou-se dos relatórios de sustentabilidade dos bancos relativos ao exercício social de 2012. Os indicadores de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade do CEBDS 2008/2010 foram utilizados como *checklist* para verificar a presença de cada item nos relatórios dos bancos. A análise de conteúdo foi feita, inicialmente por meio da leitura dos relatórios, e prosseguiu com a quantificação de cada item evidenciado por empresa, nos relatórios pesquisados. Os itens constantes nos relatórios dos bancos também foram analisados segundo a natureza da evidenciação: declarativa, quantitativa não monetária e quantitativa monetária.

Os resultados da pesquisa apontaram uma elevada adesão por parte dos bancos, às recomendações de evidenciação do CEBDS em seus relatórios de sustentabilidade, porém nenhum banco atingiu a pontuação máxima de evidenciação dos itens (22 pontos). Deve-se ressaltar ainda, que, em geral, a maioria das informações evidenciadas é de natureza meramente declarativa. Verificou-se também que, em geral, os bancos com maior patrimônio líquido e/ou enquadrados em segmentos de listagem com níveis de governança mais rigorosos reportaram mais itens de evidenciação de sustentabilidade recomendados pelo CEBDS.

Constitui limitação desta pesquisa, dentre outras, o tamanho da amostra, pois representa apenas os bancos listados na BM&FBovespa, não permitindo que os resultados possam ser generalizados, bem como o período considerado, uma vez que os dados utilizados referem-se somente ao exercício de 2012. Dessa forma, para futuras pesquisas recomenda-se a ampliação da amostra, além da análise em outros relatórios das empresas. Sugere-se ainda, ampliar o espaço temporal, verificando a evolução da evidenciação das informações das empresas inerentes à sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. L. V. Indicadores de sustentabilidade empresarial no Brasil: uma avaliação do relatório do CEBDS. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 5, p. 75-93. 2006.

AZEVEDO, Ana Luísa V. de., **Indicadores de Sustentabilidade Empresarial no Brasil: uma avaliação do Relatório do CEBDS**. 185 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro. 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BICUDO, M.;GROSSI, M. A força da transparência. **Valor Econômico**. 18 junho 2012. Disponível em: <<http://www.cebds.org.br/a-foca-da-tranparencia/>>. Acesso em: 26 maio 2014.

BORGES, A. P.; ROSA, F. S. da.; ENSSLIN, S. R. Evidenciação voluntária das práticas ambientais: um estudo nas grandes empresas brasileiras de papel e celulose. **Produção**, v. 20, n. 3, p. 404-417, 2010.

CALIXTO, L.; BARBOSA, R. R.; LIMA, M. B. Disseminação de informações ambientais voluntárias: relatórios contábeis versus internet. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, p. 84-95, 2007.

CALIXTO, L. A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo corporativo. **Revista Administração**, São Paulo, v.48, n.4, p.828-842, out./nov./dez.2013.

CAMARGO, P. O. A Evolução Recente do Setor Bancário no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara, 2009.

CARREIRA, F. A.; PALMA, C. M. Análise comparativa dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras, espanholas, portuguesas e Andorra. **Revista Universo Contábil**, V.8, n. 4, p. 140-166, 2012.

CARVALHO, F. de M.; SIQUEIRA, J. R. M. de. Análise da utilização dos indicadores essenciais da Global Reporting Initiative nos relatórios sociais e empresas latino-americanas. **Pensar Contábil**, v. 9, n. 38, 2007.

CASTRO, F. A. R.; SIQUEIRA, J. R. M.; MACEDO, M. A. S. Indicadores ambientais essenciais: Uma análise da sua utilização nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas do Setor de Energia Elétrica Sul-Americano, elaborados pela versão “G3” da Global Reporting Initiative. *In: 1ST SOUTH AMERICAN CONGRESS ON SOCIAL AND ENVIRONMENTAL ACCOUNTING RESEARCH*, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009.

_____; _____. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “G3”, da Global Reporting Initiative, nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas do Setor de Energia Elétrico Sul- Americano. **Revista de Informação Contábil**, Recife. v. 4, n. 4, p. 83-102, out./dez. 2010. CEBDS. Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Relatório de Sustentabilidade Empresarial, 2008/2010. Rio de Janeiro: CEBDS. Disponível em:
<http://www.cebds.org.br/media/uploads/pdf/cebds_relatorio_completo.pdf> Acesso em: 27 ago. 2013.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, M. I.; TORRES, L. S.; VASCONCELOS, A. C.; DE LUCA, M. M. M. Classificação do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 7, n. 2, art. 3, p. 147-166, abr./jun. 2013.

CORRÊA, R.; RIBEIRO, H. C. M.; SOUSA, M. T. S. Disclosure ambiental: informações sobre GEES das empresas brasileiras que declaram no nível A+ da GRI. *In: XV Simpósio de administração da produção, logística e operações internacionais*, São Paulo. **Anais...**, São Paulo, 2012. Disponível em:
<http://www.simpoi.fgvsp.br/index.cfm?FuseAction=arquivo.monta&ID_EdicaoArquivo=2012&Pagina=busca_det&ID=15> Acesso em: 26 maio 2014.

CRISOSTOMO, V. L.; FREIRE, F. de S.; SOARES, P. M. Uma análise comparativa da responsabilidade social corporativa entre o setor bancário e outros no Brasil. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 103-128, out./dez. 2012.

FARIA, A. C.; NOGUEIRA, E. P. Sustentabilidade nos principais bancos brasileiros: uma análise sob a ótica da global reporting initiative. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n. 4, p. 119-139, out./dez., 2012.

FREITAS, E.C; PRODANOV, C.C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** (2ª ed.). Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

GRI. **Conjunto de Protocolos de Indicadores: Econômico 2006**. Disponível em:
<http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/5283/IP_EC_Portuguese_BR.pdf>. Acesso em: 15 maio 2014.

GRI - Global Reporting Initiative. **Níveis de aplicação da GRI. 2006**. Disponível em
<http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/5273/AL_G3_Portuguese_BR.pdf> Acesso em: 19out.2010.

LINS, C; WAJNBERG, D. **Sustentabilidade corporativa no setor financeiro brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação brasileira para o desenvolvimento sustentável, 2007.

MEDEIROS, C. N.; REIS, C. N. **Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social**. São Paulo: Atlas, 2007.

MORISUE, H. M. M.; RIBEIRO, M. de S.; PENTEADO, I. A. de M. A evolução dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras do setor de energia elétrica. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 163 -194, jan./mar. 2012.

MUSSOI, A.; VAN BELLEN, H. M. Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 9, p. 55-78, 2010.

NASCIMENTO, A. R.; SALOTI, B; DOS SANTOS, A.; MURCIA, F. D. Disclosure social e ambiental: análises das pesquisas científicas veiculadas em periódicos de língua inglesa. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 15-40, jan./mar. 2009.

NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A. D. da C.; MELLO, M. C. A. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. 2002. 246f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PINE. **Responsabilidade Socioambiental**. 2013. Disponível em:<https://www.pine.com/pt/Institucional/Responsabilidade_Socio_Ambiental.aspx> Acesso em: 16jul.2014.

RESE, N.; CANHADA, D. I. D. Análise dos relatórios de sustentabilidade de bancos comerciais. **Revista de Administração Faces Journal**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 130-149, jan./mar., 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, M. C.; SIQUEIRA, J. R. M.; FERNANDES, F. S. Indicadores essenciais da GRI: Análise da evolução do grau de aderência plena e de evidenciação efetiva no período de 2003 a 2005. *In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO*, 12., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009. Disponível em <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/849.pdf>>. Acesso em: 13maio2014.

SHILISCHKA, H.E; REIS, S.G; RIBEIRO, M.S; REZENDE, A.J .Crédito ambiental: análise para concessão de crédito sob a ótica da responsabilidade socioambiental. *In:Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo. **Anais...**São paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/71.pdf>> Acesso em 12 dez. 2012.

TINOCO, João E. Prudêncio. **Balanço Social e o relatório da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.